

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A imprensa escrita noticiou, no dia 16 de novembro de 2019, que na Escola Básica Santa Marta do Pinhal, tal como noutras do Agrupamento de Escolas Vale de Milhaços, no concelho do Seixal, os alunos são regularmente visitados por um padre. O objetivo, ao que se pode ler, será falar com estes sobre a religião católica, ocupando para isso o tempo letivo sem autorização ou conhecimento prévio dos encarregados de educação.

Segundo a mesma notícia, tendo tomado conhecimento desta situação, uma encarregada de educação terá contestado esta decisão junto da direção do agrupamento escolar e de outras entidades, nomeadamente da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) e da Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC). Contudo, a notícia em causa afirma que as visitas regulares continuam a verificar-se, sendo que os alunos que não estão autorizados a receber esta visita são forçados a sair da sala de aula.

O princípio da laicidade do Estado a que se submete a República Portuguesa não se coaduna com os eventos registados. Remete a eventualidade da situação para prática potencialmente conflituante com os pontos 4 do Artigo 41º e os pontos 2 e 3 do Artigo 43º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Face ao exposto, e ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º e nos termos do art.º 229.º, ambos do Regimento da Assembleia da República, venho através de V. Exa. Perguntar ao Senhor Ministro da Educação o seguinte:

1. Tem o Ministério de Educação conhecimento desta prática e, se sim, de que forma o obteve?
2. Foi-lhe remetido algum esclarecimento justificativo da ocupação de tempos letivos para a apologia religiosa?
3. Tem conhecimento de mais situações que configurem uma possível violação dos supracitados pontos da CRP? Qual a dimensão e configuração deste fenómeno?
4. Que medidas tomou, está a tomar ou está a preparar o Ministério da Educação?

Palácio de São Bento, 21 de novembro de 2019

Deputado(a)s

EDUARDO BARROCO DE MELO(PS)

MARIA BEGONHA(PS)

TIAGO ESTEVÃO MARTINS(PS)

FILIPE PACHECO(PS)

JOANA SÁ PEREIRA(PS)

MIGUEL MATOS(PS)

OLAVO CÂMARA(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

SOFIA ARAÚJO(PS)

CLARISSE CAMPOS(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)

ANDRÉ PINOTES BATISTA(PS)

FERNANDO JOSÉ(PS)